



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9864 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPED (2021)

ISSN: 2447-2808

GT08 - Formação de Professores

## FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE A PRÁTICA E A PRÁXIS

Tatiane Cristina Mauricio Emerick - UnB - Universidade de Brasília

Cláudia Costa da Rocha Cerqueira Ramos - UnB - Universidade de Brasília

## FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENTRE A PRÁTICA E A PRÁXIS

### RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os elementos constitutivos da formação continuada dos professores e das professoras da educação especial e pública do país. Para tanto, a metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, que serve de fundamentação teórica-conceitual para esta investigação. O corpus teórico é fundamentalmente respaldado em Pletsch (2009), Mazzota (2011), Freitas (2018) e Curado Silva (2018; 20019). Em nossa busca, evidencia-se que a formação continuada na educação especial é um campo relativamente novo, com políticas que fragilizam sua continuidade e com propostas formativas baseadas na racionalidade técnica: o pragmatismo, com práticas homogêneas e tecnificação do ensino. Com isso, lançamos a proposta de uma formação continuada que busca uma formação humanizadora, crítica e emancipatória a partir da epistemologia da práxis.

**Palavras-chave:** Formação Continuada. Educação Especial. Práxis.

Este pôster tem como objetivo analisar os elementos constitutivos da formação continuada dos professores e professoras da educação especial. Apresentamos como justificativa a necessidade de ampliar os estudos sobre formação continuada na perspectiva da epistemologia da práxis, uma vez que se baseia na indissociabilidade entre teoria e prática por meio de uma formação crítica e emancipadora. É dessa maneira que professores e professoras têm a oportunidade de conhecer os condicionantes teóricos e filosóficos associados à prática profissional, dando sentido a uma nova realidade e, por conseguinte, atuando com alunos com deficiência a fim de promover a emancipação humana e a equidade. Sendo assim, torna-se necessária a produção de conhecimentos na educação especial para auxiliar a profissionalidade dos docentes que trabalham na área.

Diante desse contexto, o problema que conduziu este poster se embasa na pergunta: quais os elementos constitutivos da formação continuada na educação especial brasileira? Para alcançar nosso objetivo e responder ao problema de pesquisa, foram definidos os seguintes objetivos específicos: i) identificar as propostas formativas para a inclusão; ii) compreender e propor uma formação continuada pela epistemologia da práxis. Para desenvolver este poster, partiremos de estudo bibliográfico. A fundamentação teórica-

conceitual, sobretudo acerca da sustentação da formação continuada de professores baseada na epistemologia da práxis. O corpus teórico será apresentado em Pletsch (2009), Mazzota (2011), Freitas (2018), Curado Silva (2018; 2019).

Ao revisitarmos a história da educação especial brasileira, podemos perceber conquistas e retrocessos devido a preconceitos e questionamentos cientificamente legitimados. A defesa do direito e da cidadania, o reconhecimento de indivíduos históricos e sociais e a educação de alunos com deficiência, por mais que não pareça, são aspectos recentes no contexto educacional e em nossa sociedade.

Os estudos e pesquisas sobre Educação Especial com ênfase na inclusão ainda são recentes na realidade da educação brasileira. Isso porque a historicidade das pessoas com deficiência demonstra marcas que elencamos em quatro categorias: i) exclusão ii) segregação iii) integração e iv) inclusão. Inicialmente, as pessoas com deficiência eram vítimas de abandono e negligência e, por “serem diferentes”, foram marginalizadas e ignoradas (MAZZOTTA, 2011). As categorias segregação, integração e inclusão foram se modificando de acordo com o momento legal, político e social do país.

A formação de professores para Educação Especial está entre as ações e programas da Semesp e é efetivada pela Diretoria de Educação Especial (DEE). As ações são destinadas aos professores e professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e aos profissionais da educação básica com as seguintes finalidades: “Fomentar, acompanhar e avaliar a formação continuada em Educação Especial” (BRASIL, 2020). Para efetivação, conta-se com o apoio das Instituições Federais de Educação Superior (IFES), com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e com as Secretarias de Educação Estaduais, Municipais e o Distrito Federal. De acordo com os dados obtidos no sítio eletrônico do MEC, o curso Alfabetização para Estudantes com Deficiência propiciado pela UFSCar em 2020, na modalidade de Ensino a Distância (EAD), compunha uma carga horária de 180 horas, contemplando 1.200 cursistas.

A pesquisa bibliográfica realizada em livros, nos portais da capes, BDTD, Anped; em artigos, teses e dissertações, bem como o sítio eletrônico do MEC, constata-se que a formação continuada na esfera federal carece de investimentos, continuidade e abrangência dos demais segmentos de escolarização, dado que a educação especial com vistas à inclusão permeia em todos os níveis de ensino, incluindo, nos cursos de formação continuada, propostas formativas que promovam o conhecimento humano acerca da especificidade das pessoas com deficiência. Segundo Pletsch (2009), existe uma escassez de formação inicial e continuada voltada à prática inclusiva de pessoas com deficiência, embora já existam políticas públicas e legislação que amparem o setor.

A formação docente brasileira possui um histórico marcado pelo pragmatismo, com políticas que englobam um professor fazedor de tarefas. Suas proposições são baseadas na epistemologia da prática e na racionalidade técnica. Segundo Freitas (2018), tais propostas fundamentam-se em políticas neoliberais ditadas por organismos internacionais, impondo metas educacionais objetivadas em um desmonte na educação pública. Trata-se de um contexto desafiador historicamente estabelecido, tendo em vista as reformas políticas e administrativas desde a década de noventa e suas intensas reformas, além da globalização da economia.

Portanto, a proposta de uma formação pautada na epistemologia da práxis, de acordo com Curado Silva (2018), trata-se de uma teoria do conhecimento de si e do mundo, em uma relação entre teoria e prática, conteúdo e forma, objetividade e subjetividade. Dessa forma, a proposta de formação docente possibilita o conhecimento da realidade concreta, abrangendo a totalidade, contradição e mediação na realidade educativa pela lente das categorias do método

do Materialismo Histórico-Dialético. Nesse sentido, trata-se de uma formação continuada atravessada pelos seguintes princípios: emancipação, autonomia e liberdade.

A emancipação deve ser um dos princípios da formação continuada, sobretudo em uma sociedade capitalista e diante de um sistema opressor e explorador, no qual o professor e a professora, na concretude do seu trabalho, se tornam alienados. De todo modo, segundo Marx (1991), a emancipação não poderia existir apenas na esfera política, mas de forma plena a fim de superar os limites da sociedade capitalista.

O segundo princípio que elegemos foi a autonomia, pois ela possibilita ao professor e à professora condições de escolha dos conteúdos, metodologias, avaliação e uma organização do trabalho pedagógico pautados na emancipação do indivíduo. Ela deve ser pensada em uma organização escolar que vá para além do capital, pois uma sociedade estruturada nesse modelo de classes impede a possibilidade de autonomia docente. De acordo com Contreras (2012), a autonomia não se dá de forma individual e, sim, coletiva; logo, trata-se de uma autonomia da categoria docente.

O último princípio que elegemos para formação de professores na educação especial pela epistemologia da práxis é a liberdade. Segundo Lima (2019, p. 29), “o que se pode afirmar, portanto, é que a compreensão do que se entende por emancipação está profundamente imbricado à concepção de liberdade que a alicerça, sendo este último um termo relativo à conjuntura histórica”. Nesse sentido, entendemos que as duas concepções se completam dialeticamente e que estruturam uma formação continuada em uma atividade intencional, criativa e revolucionária.

Advogamos por uma formação continuada que possua em seu cerne a epistemologia da práxis, ancorada nos princípios da emancipação, autonomia e liberdade. Que o docente seja capaz de transformar sua realidade e ser modificado por ela, não individualmente, mas coletivamente, de forma articulada com a categoria. Ademais, que esteja em um movimento espiral na concreticidade do seu trabalho, através de uma ação consciente e participativa com intenção, ação e política. Trata-se de uma proposta de formação que atenda a diversidade humana, em que todos sejam incluídos em sua totalidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação**. 2020 Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educaca>  
Acesso em: 09 maio. 2021

CONTRERAS, J. **A autonomia dos professores**. Trad. Sandra Tabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2012.

CURADO SILVA, Kátia Augusta Silva Pinheiro Cordeiro. **Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítica emancipadora**. Perspectiva, Florianópolis, v. 36, n. 1, p. 330-350, abr. 2018. ISSN 2175-795X.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. Expressão popular, 2018.

LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves. **Emancipação humana e educação escolar: perspectivas para a formação de professores**. 2019. 350 f., il. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/35076>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

Marx, Karl. **A questão judaica**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1991.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas e práticas pedagógicas**. 2009. 257 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.